

AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO

Cláudio S. Hutz¹

AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE PSICOLOGIA – DO PROVÃO AO SINAES

Mariza Monteiro Borges²

A avaliação da educação superior no Brasil passa por um processo de transformação através da implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que busca assegurar a integração das dimensões internas e externas, particular e global, somativo e formativo, quantitativo e qualitativo e dos diversos objetos e objetivos da avaliação. Em tal sistema, as idéias de integração, articulação e participação têm um papel central. A complexidade e diversidade da educação superior no país, no que se refere às formas de organização acadêmica, às concepções e os objetivos da educação superior, impõem a utilização de múltiplos instrumentos e a combinação de diversas metodologias. Não são poucos os desafios apresentados para a operacionalização de uma concepção de avaliação da educação superior que deve ser, simultaneamente, formativa e indutora de mudança e deve atender os requisitos legais dos processos de regulação e controle da educação superior pelo Estado. Considerando que o SINAES inclui a avaliação de cursos e de desempenho dos estudantes, o presente ensaio objetiva identificar as linhas mestras da avaliação dos cursos de psicologia antes da implantação do SINAES e no período de transição para este novo sistema. Considerando que o SINAES começou a ser implantado em 2004 e que um ciclo completo de avaliação se encerra a cada 3 anos e ainda que os cursos de psicologia serão avaliados no terceiro grupo de cursos, não será possível incluir na presente análise os dados de avaliação dos cursos no contexto do SINAES. Ao olhar, retrospectivamente, a avaliação dos cursos de graduação em psicologia serão considerados os aspectos técnicos, como a coerência entre o instrumento e o currículo oficial e legal dos cursos de psicologia, assim como a instrumentação política do processo de avaliação. Esse olhar crítico poderá auxiliar a reflexão sobre o futuro e as possibilidades de desenvolver um processo de avaliação dos cursos de psicologia que permita assegurar os critérios gerais de formação profissional e que contemple a autonomia institucional, não sendo impeditiva ou desconsiderando as diferenças institucionais no planejamento e desenvolvimento curricular.

ESPECIALIZAÇÃO E TÍTULO DE ESPECIALISTA - AVALIAÇÃO DOS CURSOS

José Tourinho³

A pós-graduação acadêmica, dirigida aos professores, possui tradicionalmente critérios de qualidade conhecidos e os cursos, especialmente os mestrados e doutorados, são regularmente avaliados pela CAPES/MEC. Os cursos de especialização acadêmica por sua vez, embora não sejam submetidos ao mesmo processo de avaliação, devem ser aprovados pelos conselhos superiores das Universidades, segundo condições também conhecidas,

¹ Coordenador. UFRGS. hutzc@terra.com.br.

² INEP/ Profa. Aposentada da UnB.

³ ABEP.

como o mínimo de 360 horas. A pós-graduação dos demais profissionais, por outro lado, não está sujeita a regras comuns. Nas profissões regulamentadas e que dispõem de Conselhos de Fiscalização e Normatização, as normas devem ser definidas por essas entidades que frequentemente fazem isso em acordo com associações dos profissionais. Nas demais profissões e quando os Conselhos não regulamentam, os critérios e meios são definidos pelo mercado de trabalho que, na falta de parâmetros, costuma adotar alguns definidos para a atividade acadêmica, como a carga horária mínima de 360 horas para os cursos de especialização. Na maioria dos casos, entretanto, os cursos de especialização profissional não passam por avaliação externa, mas apenas pelo crivo de restrito grupo de adeptos ou simpatizantes da área ou abordagem teórica adotada. Na psicologia o quadro não é diferente. A dinâmica do mercado vai configurando as áreas especiais de atuação, profissionais experientes vão desenvolvendo métodos e técnicas de intervenção e os novos profissionais, carentes de um instrumental teórico-prático que lhes dê segurança, buscam os ensinamentos nos denominados cursos de formação, que são realizados com os mais diversos formatos. A regulamentação das especializações e do Título Profissional de Especialista em Psicologia pelo CFP, iniciada em dezembro de 2000, ao estabelecer as condições mínimas para a certificação ou credenciamento dos cursos, vem mudando gradativamente esse quadro. Para obter o credenciamento o curso deve ser formatado segundo as normas contidas nas Resoluções CFP N^{os} 014/2000 e 002 e 007/2001. Essas Resoluções estabelecem as condições que são consideradas mínimas necessárias para a formação adequada de um especialista. Dentre elas pode-se destacar - a carga horária de 500h (fora as horas para elaboração de monografia) – 80% (400 horas) dedicado a conteúdos da especialidade, sendo que 30% (120 horas) devem ser de atividade prática - a produção de monografia sobre tema da especialidade – o corpo docente com 40% de mestres ou doutores – o máximo de 10 alunos por supervisor de prática – instalações adequadas para aulas teóricas, práticas e estudo – organização administrativa. Além disso o curso deve ser oferecido por pessoa jurídica em situação regular. Convidada a proceder a avaliação dos cursos a ABEP identificou a necessidade de construir um instrumento que definisse critérios para avaliação de cada item disposto nas resoluções. Todas as tentativas resultaram num elenco de indicadores e parâmetros de qualidade mais adequado para cursos acadêmicos. Um instrumento adequado para cursos de especialização profissional deveria ser construído a partir do conhecimento desses cursos e com a participação deles. Dessa forma, as vistorias tiveram início com o propósito de verificar o atendimento das condições mínimas e a descrição das condições encontradas. Paralelamente a essa verificação, os cursos foram informados a respeito da necessidade de mobilização dos mesmos e inserção nos diversos fóruns políticos da profissão, para inclusive definir parâmetros para sua avaliação. A partir desse trabalho foi realizado um Seminário em João Pessoa, durante o Congresso Norte e Nordeste de Psicologia e um segundo em São Paulo no mês de outubro de 2004. Como resultado foi criada a Câmara de Especialização, que funciona no seio da ABEP, integrada por representantes dos cursos, com o objetivo de encaminhar propostas de políticas para o segmento e foi também iniciada a construção de um instrumento de avaliação para os cursos. Dessa experiência de verificação dos cursos, pode-se destacar que - a grande maioria dos cursos já visitados, desenvolvem um trabalho de grande relevância social, pois realizam ações integradas com instituições sociais, a maioria dirigidas à população de baixa renda, com resultados que comprovam a competência; - no entanto, a maioria vive isolada e até alheia ao que se passa com o resto da psicologia no país, desconhecendo até outros grupos que trabalham na mesma

especialidade; - a mobilização e integração desse segmento é empreendimento necessário e relevante, considerando que a especialização profissional é o topo da carreira técnica e nesse segmento são desenvolvidos e ensinados os métodos e técnicas que serão levados à população usuária, se constituindo na identidade da profissão junto à população.

CARACTERÍSTICAS E PERSPECTIVAS DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Oswaldo H. Yamamoto⁴

Paulo R. M. Menandro

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), órgão do Ministério da Educação, avalia trienalmente e acompanha anualmente os Programas de Pós-graduação que compõem o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). A avaliação compreende (a) coleta anual de dados, fornecidos pelos Programas de Pós-Graduação; (b) tratamento dos dados, realizado pela equipe técnica da CAPES; (c) definição e ponderação dos indicadores relevantes, sob responsabilidade das Comissões de Avaliação das áreas, e (d) análise e avaliação dos dados dos Programas, também realizada pelas Comissões de Avaliação. A avaliação propriamente dita considera, basicamente, três conjuntos de informações: (a) a proposta do programa (proposta, objetivos, cursos, áreas de concentração, linhas de pesquisa, estrutura curricular); (b) a estruturação do programa (recursos humanos, atividades de formação e de pesquisa) e (c) os resultados das atividades (corpo docente e produção intelectual). A consideração desse conjunto de informações organizadas, atualmente, em 7 quesitos (Proposta do Programa; Corpo Docente; Atividade de Pesquisa; Atividade de Formação; Corpo Docente; Teses e Dissertações e Produção Intelectual) e desdobrada em 32 itens (na área da Psicologia), permite às comissões atribuírem, no final do processo, um conceito que varia de 1 a 7. Somente os Programas que recebem os conceitos de 3 a 7 são reconhecidos pela CAPES, podendo emitir diplomas com validade nacional. Os conceitos 6 e 7 indicam Programas de excelência, com padrão internacional. No triênio 2001-2003, 44 Comissões de Área, compostas por 547 membros da comunidade científica, avaliaram os 1.819 Programas do SNPG (2.861 cursos). Na área da Psicologia, foram avaliados 45 Programas (18 deles apenas com o nível de Mestrado), resultando com 2 Programas com conceito 2; 12 com conceito 3; 12 com conceito 4; 15 com conceito 5; 2 com conceito 6 e 2 com conceito 7. A avaliação, que tem por um de seus objetivos expressos o de estabelecer o padrão de qualidade requerido para o sistema de Pós-Graduação do país, produz uma série de consequências para os Programas, desde a autorização para o funcionamento (ou de emitir diplomas válidos) até questões vinculadas ao financiamento (bolsas, taxas e acesso a recursos extraordinários mediante disputa conforme regras divulgadas em editais). O resultado da avaliação (que admite recursos, avaliados por comissões com composição prioritariamente diversa da original e é referendado em duas instâncias superiores – o Conselho Técnico-Científico e o Conselho Nacional de Educação), sendo trienal, traz um considerável impacto para aqueles que estão direta ou indiretamente envolvidos com o Programa. Três características importantes e interdependentes da avaliação devem ser destacadas: (a) a necessidade de articulação entre informações quantificadas e aspectos qualitativos de desempenho; (b) a necessidade de

⁴ UFRN.

considerar a evolução interna de cada Programa, em comparação com a evolução dos diversos Programas da área e (c) o fato de a avaliação ser externa com relação à agência avaliadora (Comissão *ad hoc*) e com relação aos Programas (parcialmente). O estabelecimento de critérios gerais ou específicos da área, a composição das Comissões de Avaliação, as definições internas da própria Comissão quanto aos procedimentos e à interpretação das informações articulando os aspectos objetivos e subjetivos resultam em uma avaliação que comporta possibilidades ilimitadas, dando margem a questionamentos sobre seus diversos aspectos. São estes diversos componentes e possibilidades da avaliação da Pós-Graduação e as perspectivas do sistema, com especial ênfase para as definições próprias da Comissão da área da Psicologia no triênio 2001-2003, os objetos de exame no presente estudo.

Palavras-chave: Avaliação da Pós-Graduação; Pós-Graduação em Psicologia; Sistema Nacional de Pós-Graduação; CAPES.